



Simulado Especial

CGEPB

AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS

PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial CGE-PB (Auditor de Contas Públicas - Contabilidade e Finanças Públicas)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGE-PB Auditor de Contas Públicas - Contabilidade e Finanças Públicas;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGE-PB-04-11>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 E 2**

Fui levado pela velha até o sótão; o excesso de gentileza era a evidência de que me enganavam. Docilmente me deixei levar; mãos nas minhas costas, ela me conduzia balbuciando consolos. Não ousei fazer perguntas. De qualquer modo, me responderiam com mentiras. Fingindo acreditar no jogo, planejava descobrir tudo por conta própria. Atrás de nós vinha o velho, sorrindo falso. No sótão a velha me mostrou a cama, os lençóis e um imaculado pijama de florzinhas. Quando estivesse pronto, poderia apagar a luz, o interruptor ao lado.

- Você tem medo do escuro?

- Não senhora.

Ela passou a mão na minha cabeça, desajeitada e carinhosa, e saiu fechando a porta. Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos: os velhos conspiravam. Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa. Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis antigos e caixotes empoeirados. No entanto, a cama primorosamente limpa, no meio da velharia, só para mim. Não atinava o sentido: o que teria levado os dois velhos (meus inimigos com tantos vidros quebrados em guerras de funda) a me recolherem logo à porta de casa e, ao preço de algumas balas de hortelã, um mingau de aveia e bolachas salgadas, prenderem-me no sótão. Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando. Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado e fingia não dar importância. Devia saber de tudo. Tive a impressão de que a mulher com o nariz achatado na vidraça do quarto do meu pai era minha mãe, e olhava também para mim. Talvez. A casa estava escura e cheia de gente. Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam discretos e respeitosos, como a um príncipe destronado. Aquilo me agradou - por alguns minutos centro das atenções - e passei a mastigar as balas de hortelã fazendo barulho com a boca e respingando saliva, para irritar, mas eu estava imunizado por um respeito sobrenatural. Em seguida me assustei, pressentindo fragilidade na minha posição; era falsa. No fim de tudo por certo eu sairia perdendo.

Adaptado de TEZZA, Cristóvão. "A primeira noite de liberdade". Disponível em <http://www.cristovatezza.com.br/textos/contos/p_primeira.htm>.

01. Em síntese, depreende-se da leitura do texto que:

- a) o narrador-personagem não se lembra de muitos detalhes de sua infância com os pais;
- b) a casa nova possui uma paisagem acolhedora e aconchegante;
- c) o narrador-personagem aceita a situação imposta, mesmo sem entender o contexto por completo;
- d) a nova moradia do narrador-personagem, por ser longe da antiga, traz um sentimento nostálgico;
- e) após a morte de seus pais, o narrador-personagem acabou acolhido por vizinhos com os quais não tinha proximidade.

02. *Ouvi passos na escada, arrastar de chinelos, cochichos.*

O segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Deitei sem apagar a luz nem trocar de roupa;
- b) Fiquei olhando a lâmpada pendurada no teto, telhas à mostra, e aquelas carcaças de móveis (...);
- c) Tão inalcançável que nem perderiam tempo me explicando;
- d) Aceitei as regras e me deixei levar pelos vizinhos; por onde eu passava, os outros me olhavam;
- e) Quando me subornavam em frente de casa, meu irmão mais velho, de longe, me olhava enviesado.

03. Assinale a frase abaixo que exemplifica uma construção de voz passiva.

- a) Muitos ex-alunos podem ser reunidos para a comemoração de fim de ano.
- b) É proibido se ausentar do local sem permissão.
- c) O chefe está preocupado com o novo projeto aprovado.
- d) Você pode tentar ser estudioso.
- e) Acredita-se em tudo que se diz na internet.

04. Assinale a frase que mostra certo grau de incerteza (modalização).

- a) Alguém esteve em minha sala.
- b) Sem dúvida, esse jogo perdeu a graça.
- c) João disse que pediria ajuda a sua orientadora.
- d) Aguardam-se muitos visitantes na inauguração da mostra de teatro.
- e) Os candidatos chegarão no horário agendado.

05. Em todas as frases abaixo, para evitar-se repetição, houve substituição do termo em destaque. Assinale a frase em que o processo utilizado na substituição está adequadamente identificado.

- a) Estavam todos esperando o auxílio governamental, mas essa ajuda não chegou / hiperônimo
- b) João aguardava o transporte para levá-lo ao seu destino / qualificação.
- c) As pessoas amam o novo transporte implementado na cidade; o bonde passa todos os dias cheio de pernas. / metonímia.
- d) A Universidade Federal do Rio de Janeiro comemora mais um ano de existência. A instituição é reconhecida por sua excelência / especificação.
- e) O computador é uma importante ferramenta. Essa tecnologia ajuda no processo de ensino-aprendizagem / caracterização.

06. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Quando João chegou atrasado, o gerente ligou para seu superior.
- b) Os professores disseram aos alunos que poderiam escolher uma outra avaliação.
- c) Os técnicos instalaram um sistema rápido.
- d) Ele devolveu a capa do celular que estava em seu carro.
- e) Ninguém precisou esconder a verdade.

07. Um dos elementos que dá coerência aos textos é a ocorrência de vocábulos que estão dentro de um mesmo campo semântico; nas alternativas a seguir, as palavras que pertencem ao mesmo bloco conceitual são:

- a) computador, software, aplicativo, janelas;
- b) árbitro, programa, rede, sofisticado;
- c) leito, medicamento, internação, produtor;
- d) caro, sofisticado, doação, ouro;
- e) habilidade, jogador, treino, dispositivos.

08. Observe o trecho a seguir

“O Brasil vem tentando de tudo. Toda vez que aparece uma potência emergente no mundo, tentamos nos repensar e refazer à sua imagem. Será a China do século XXI? Ou será que já não fomos longe demais nessa bizarra e infrutífera empreitada? Por que não fazer do Brasil o próprio Brasil?” (Eduardo Giannetti, *O elogio do vira-lata*)

Nesse trecho, o autor

- a) incentiva a empreitada brasileira
- b) reúne argumentos que favorecem a sua opinião pessoal
- c) expõe sua opinião pessoal
- d) confronta diferentes opiniões
- e) informa sobre determinado assunto.

09. A frase abaixo que não se estrutura com base numa oposição é:

- a) O inocente se desprende de suas amarras; caminha por vias tortuosas o culpado.
- b) A juventude almeja o que a senioridade já viveu.
- c) Quando a luz toca o chão, a escuridão da noite completa sua despedida.
- d) A desigualdade entre os povos não está em sua completude materializada.
- e) A bondade opera seus mistérios onde o mal não encontra morada.

10. “Antes de falar, pense nas consequências de suas palavras.” Essa frase exemplifica a seguinte função da linguagem:

- a) metalingüística
- b) conativa
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

11. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresente essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

12. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado). Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O conhecimento está no íntimo do ser humano.
- b) A performance está nas mãos dos representantes.
- c) O medo e a insegurança sempre estão perto de causar o caos.
- d) O desejo está envolvido com os sentidos do ser.
- e) Os alunos estão na sala aguardando o professor.

13. Quanto à pontuação, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, estão corretas, EXCETO:

- a) Os estudantes, mesmo aqueles reprovados, devem comparecer à cerimônia.
- b) Todos estavam ansiosos pelos resultados, e não perceberam a alteração de cronograma.
- c) Cabe ressaltar que, geralmente, a taxa de desemprego, cresce em situações de instabilidade política.
- d) Em janeiro todos estarão de férias nas ilhas caribenhas.
- e) As propostas foram feitas de acordo com o contrato, quando tudo ainda seguia um padrão.

14. Considerando o processo de formação de palavras, identifique a alternativa que apresenta uma derivação imprópria.

- a) Todos admiravam o agir das autoridades.
- b) Nesse período do ano, a pesca se intensifica.
- c) Embora todos concordassem, o líder não recebeu apoio.
- d) A atitude de uma pessoa pode entristecer uma multidão
- e) O cirurgião deve possuir uma destreza extraordinária.

15. Segundo a gramática tradicional, na formulação de uma das frases abaixo há um erro gramatical. Assinale a opção que apresenta esse erro.

- a) Os especialistas precisaram o local de armazenamento das substâncias.
- b) O agente público visava ao mais alto cargo de sua unidade.
- c) A multidão reparava no nervosismo daqueles que conduziam o espetáculo.
- d) Os idosos queriam muito bem àqueles que lhe respeitavam
- e) A devolução do material encomendado implica multa.

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo***Texto para as questões de 16 a 18****Do dreams reflect reality?**

That dreams contain hidden meanings is an old idea. The Biblical Book of Genesis, written down about 2,500 years ago, describes how Joseph, son of Jacob, interpreted the Egyptian pharaoh's dreams of fat and thin cattle as predicting years first of plenty and then of famine. In China, meanwhile, the most popular work on dream interpretation has long been the "Zhougong Jie Meng", a dictionary of explanations for weird and wonderful dreams written 500 years earlier still. It is, however, only since the publication of Sigmund Freud's treatise "The Interpretation of Dreams", in 1899, that dreams have become a subject of serious scientific scrutiny.

Things have moved on since Freud's day. His emphasis on violent urges and sexual repression as the roots of dreaming now looks old-fashioned. Instead, the premise is that dreams reflect a dreamer's quotidian experience—either because they are an epiphenomenon of the consolidation of memories or because they are a mental testing ground for ideas the dreamer may have to put into practice when awake.

(The Economist: September 3rd 2021)**16. According to the text, it is correct to infer that:**

- a) The text shows the will to know what dreams really mean.
- b) It is a kind of summary that represents the most of people's dream.
- c) The text brings the idea that dreams are complex to understand.
- d) The text points that life is linked to dreams and we can understand our dreams.
- e) The text talks about dreams and nightmares in general.

17. In the first sentence of the text "*That dreams contain hidden meanings is an old idea.*", the underlined word indicates:

- a) a changing of dreams.
- b) upsidedown dreams.

- c) things we can not see.
- d) similar ideas.
- e) simple ideas.

18. Reading the sentence "*Joseph, son of Jacob, interpreted the Egyptian pharaoh's dreams of fat and thin cattle as predicting...*", it is possible to infer that fat and thin refer to

- a) Jacob and his family.
- b) Joseph.
- c) Pharaoh's dreams.
- d) diversity of dreams.
- e) cattle.

Texto para as questões 19 e 20

<https://www.linkedin.com/pulse/echa-discussing-too-much-active-ingredient-bad-daniela-romano/>

19. In the text, the tree holds a fork and a knife with the intention of

- a) is is eating pollution and is can't stand the situation anymore.
- b) unnecessary food are in the middle of pollution.
- c) it is dreaming about a life without pollution forever.
- d) the fork and knife can damage the food to be eaten.
- e) it is worried about pollution and food.

20. According to the cartoon, it's possible to infer that:

- a) the pollution is avoided.
- b) pollution is the only problem we face.
- c) it is easy to avoid pollution.
- d) it is difficult to understand the pollution causes.
- e) the tree can't stand the pollution anymore.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

21. Dentro do contexto do planejamento estratégico, o que se entende por "Análise SWOT"?

- a) É uma ferramenta usada para identificar apenas os pontos fortes e fracos internos de uma organização.
- b) Refere-se ao planejamento tático e operacional de curto prazo dentro da organização.
- c) É uma metodologia que aborda apenas as oportunidades e ameaças externas ao ambiente de negócios.
- d) É uma abordagem que analisa os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relacionados à organização e seu ambiente.
- e) É um conjunto de estratégias voltadas para a melhoria contínua e a eficácia organizacional.

22. Em um processo organizacional, qual das seguintes funções administrativas é responsável por definir os objetivos da organização e determinar as estratégias para alcançá-los?

- a) Controle
- b) Direção
- c) Planejamento
- d) Organização
- e) Coordenação.

23. Na gestão de processos, qual das seguintes opções é considerada uma ferramenta analítica comum para identificar pontos de ineficiência e oportunidades de melhoria?

- a) Organograma
- b) Fluxograma
- c) Diagrama de Pareto
- d) Tabela de Recursos Humanos
- e) Plano de Negócios.

24. Em um contexto de política pública voltada para o desenvolvimento sustentável, um gestor público opta por adotar uma estratégia de "nudge" para induzir comportamentos mais sustentáveis na população. Esse tipo de abordagem pode ser mais bem descrito como:

- a) Uma política de comando e controle, onde o Estado impõe regras rígidas e multas para quem não as cumprir.
- b) Uma política pública de incentivos fiscais para empresas sustentáveis, sem interferência direta no comportamento do indivíduo.
- c) Uma política de livre mercado, onde a escolha do consumidor é o único mecanismo regulador.
- d) Uma intervenção comportamental sutil que estrutura as escolhas contextuais para influenciar o comportamento das pessoas de maneira previsível.
- e) Uma forma de paternalismo autoritário, onde o Estado decide o que é melhor para o cidadão e limita suas opções de escolha.

25. Na busca pela qualidade e excelência organizacional, muitas empresas adotam modelos de gestão reconhecidos internacionalmente. Dentre os modelos abaixo, qual é focado especificamente em melhorar a qualidade por meio da identificação e remoção das causas de defeitos e minimização da variabilidade em processos de fabricação e negócios?

a) Balanced Scorecard (BSC)

b) Seis Sigma (Six Sigma)

c) Modelo EFQM de Excelência

d) ISO 9001

e) Kaizen.

e) Diferente do que ocorre nos Estados e no distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

27. João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.

b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.

c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.

d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.

e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. A respeito dos Municípios, indique a única alternativa incorreta.

a) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

b) O Município de Santo André tem 572 mil eleitores e elegerá, em 2020, Prefeito e Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo. Conforme definição constitucional, na eleição do Prefeito, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno de votação.

c) Nenhum Município brasileiro poderá eleger menos do que nove e nem mais do que cinquenta e cinco vereadores.

d) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

28. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que umbandistas não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, porque não são tementes a Deus e podem trazer desgraça para o país, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e a de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

29. Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República

- a) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.
- b) decretar a intervenção federal nos três municípios, afastando de cada lugar o Prefeito e nomeando interventor.
- c) decretar o estado de defesa, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e submeter o ato ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, para que por decisão da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 10 dias, aprove ou não o ato.
- d) decretar o estado de defesa, após consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- e) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, em votação secreta.

30. Lei do Estado Alfa atribuiu responsabilidade solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.
- b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.
- d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.
- e) Sendo a competência estadual residual e não havendo previsão na Constituição Federal de exercício de tal competência por parte da União ou dos Municípios, a lei de Goiás é constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. À luz do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- b) As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- c) A decisão que estabelecer, na via administrativa, controladora ou judicial, interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas, instrumentos que terão caráter vinculante em relação ao órgão que se destinam, até que ocorra revisão posterior.
- e) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos resultantes da conduta dos envolvidos, a qual não admitirá compromisso processual entre os envolvidos.

32. A respeito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é INCORRETO afirmar que:

- a) As empresas estatais que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às demais pessoas jurídicas de direito privado, no que se refere ao tratamento de dados pessoais.
- b) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- c) A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado.
- d) O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.
- e) A comunicação de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado, como regra geral, dependerá de comunicação à autoridade nacional, mas não requer consentimento do titular.

33. De acordo com a Lei do Governo Digital (Lei federal 14.129/2021), NÃO é garantido aos usuários da prestação digital de serviços públicos:

- a) atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário.
- b) gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital.
- c) padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital.
- d) recebimento de protocolo das solicitações apresentadas, exclusivamente em meio digital.

e) indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

34. José, servidor efetivo da Controladoria-Geral do Estado Alfa, no exercício de suas funções, ao manusear uma pilha de papéis de auditoria, acidentalmente deixou-a cair, atingindo um particular que se encontrava próximo ao agente, causando-lhe danos patrimoniais e estéticos. Após apuração interna, a comissão chegou à conclusão de que não houve dolo ou culpa de José.

Sobre tal situação é correto afirmar que:

- a) a Controladoria-Geral do Estado Alfa responderá subjetivamente perante a vítima.
- b) o Estado e o agente serão chamados a indenizar o dano perante a vítima.
- c) a Controladoria-Geral do Estado Alfa responderá objetivamente perante a vítima.
- d) o agente público deverá ser chamado a responder perante o Estado, mediante ação de regresso.
- e) para a responsabilização estatal, basta que se comprove o dano sofrido pela vítima e que o dano decorreu da atuação de um agente público, atuando nesta condição.

35. Considerando o disposto na “Lei Anticorrupção”, Lei 12.846/2013, assinale a alternativa correta:

- a) Não caracteriza ato lesivo à Administração Pública a conduta de dificultar atividade de fiscalização no âmbito de agências reguladoras.
- b) A responsabilidade civil e administrativa das pessoas jurídicas requer a demonstração de culpa em sentido amplo.
- c) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada mesmo que não existam provas de que seus dirigentes praticaram a conduta em questão.
- d) A celebração de acordo de leniência isentará a pessoa jurídica de algumas sanções e reduzirá em até 1/3 o valor da multa aplicável.
- e) Está habilitada a celebrar acordo de leniência aquela pessoa jurídica que tenha cessado completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de celebração do acordo.

36. Joana é servidora efetiva do Estado Alfa, encontrando-se inscrita no regime próprio de previdência social daquele ente federativo (RPPS). Assinale abaixo uma característica do regime previdenciário que lhe é aplicável:

- a) regime que alcança ocupantes de mandatos eletivos.
- b) regime que alcança ocupantes de cargos e empregos públicos.
- c) a idade mínima para sua aposentadoria voluntária deverá ser estabelecida mediante emenda à constituição estadual, não lhe sendo aplicável obrigatoriamente o limite da esfera federal, que é de 62 anos.
- d) necessidade de registro perante o tribunal de contas da União do ato de concessão de aposentadoria.
- e) a idade mínima para sua aposentadoria voluntária deverá ser estabelecida mediante emenda à constituição estadual, não lhe sendo aplicável obrigatoriamente o limite da esfera federal, que é de 60 anos.

37. Em relação à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), marque a afirmativa correta.

- a) As punições da Lei de Improbidade são aplicáveis somente aos agentes públicos.
- b) Após o decurso do prazo de oito anos contados da prática do ato, não haverá mais qualquer pretensão do poder público quanto à prática de ato de improbidade causador de dano ao erário.
- c) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.
- d) O Ministério Público possui competência exclusiva para ajuizar a ação judicial por improbidade.
- e) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Juízo competente, para as providências necessárias.

38. Em relação aos atributos do ato administrativo, pode-se afirmar que:

- a) estão presentes em todo ato administrativo, de maneira equivalente aos elementos de validade.
- b) a presunção de legitimidade informa que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo, não admitindo prova em contrário.
- c) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- d) a exigibilidade representa a utilização de meios indiretos para a Administração alcançar o resultado pretendido com o ato, exigindo seu cumprimento por terceiros.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

39. No que se refere à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública estabelecida na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) admitirá reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 6 meses.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes subnacionais.
- c) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 1 ano.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- e) poderá ser cumulada com quaisquer outras sanções previstas em Lei.

40. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado da Paraíba, assinale a característica correta:

- a) cuida de aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar em determinação para desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.
- e) geralmente é realizado em caráter prévio.

b) O Modelo de Três Linhas é aplicável a todas as organizações.

c) Todos os papéis que trabalham juntos contribuem coletivamente para a criação e proteção de valor quando estão alinhados entre si e com os interesses priorizados dos stakeholders.

d) A independência da auditoria interna em relação a responsabilidades da gestão é fundamental para sua objetividade, autoridade e credibilidade.

e) A responsabilidade da gestão de atingir os objetivos organizacionais compreende os papéis da primeira e terceira linhas.

42. Destaca a importância da gestão de riscos na definição e na execução da estratégia e na gestão do desempenho organizacional. Com a incorporação dessa perspectiva, o modelo proporciona maior alinhamento às expectativas em torno das responsabilidades das instâncias de governança e da alta administração no cumprimento das suas obrigações de accountability.

O texto acima refere-se ao modelo de gestão de riscos conhecido como:

- a) COSO II – ERM (2004)
- b) COSO GRC (2017)
- c) ISO 31000
- d) The Orange book
- e) Três linhas de defesa.

FUNDAMENTOS DA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Guilherme Santanna

41. Tomando como base o Modelo de Três Linhas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Modelo de Três Linhas (anteriormente conhecido como Três Linhas de Defesa) ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos

43. Uma equipe de auditoria interna foi requerida a realizar um exame com o objetivo de fornecer à organização avaliação independente sobre os processos de gerenciamento de riscos conduzidos pela organização.

De acordo com as Normas dos Profissionais de Auditoria Interna, esse trabalho deve ser conduzido sob a perspectiva de um:

- a) relatório direto de conformidade;
- b) serviço de avaliação (assurance);
- c) serviço de consultoria;
- d) trabalho de auditoria de gestão;
- e) trabalho de certificação.

44. O dever da auditoria interna em relação a fraudes e erros de acordo com a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna é

- a) trabalhar em conjunto com a auditoria externa na detecção de irregularidades e identificação das pessoas nela envolvidas.
- b) divulgar à população sobre as suspeitas identificadas no decorrer de seu trabalho.
- c) distinguir os atos intencionais de omissão, punindo as tentativas de manipulação de transações e operações e adulteração de documentos.
- d) assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção, informando sobre indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.
- e) desenvolver um trabalho de prevenção junto aos funcionários, explicando como agir em situações em que pode haver má interpretação ou desatenção na elaboração de registros.

45. Uma parte de extrema relevância nos trabalhos do auditor se refere aos papéis de trabalho, que consiste em documentos que suportam o trabalho de auditoria.

Nesse contexto, o auditor deve observar que:

- a) a elaboração de papéis de trabalho é de responsabilidade exclusiva do auditor;
- b) o início da elaboração dos papéis de trabalho deve se dar a partir do término do planejamento da auditoria;
- c) os papéis de trabalho permanentes são aqueles de uso contínuo e diário, disponíveis para consulta ano após ano;
- d) os papéis de trabalho devem ser mantidos até o encerramento dos trabalhos de auditoria do exercício seguinte;
- e) os papéis de trabalho não devem ser usados em mais de um trabalho de auditoria.

46. Em um trabalho de auditoria, quando um auditor precisa obter razoável segurança da efetividade operacional dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento
- b) correlação das informações
- c) procedimentos de revisão analítica
- d) testes de observância
- e) testes substantivos.

47. Em um trabalho de auditoria, um auditor precisou solicitar informações a um fornecedor da entidade auditada. A solicitação indicava a necessidade de resposta apenas em caso de discordância com o conteúdo informado. Esse procedimento corresponde a uma:

- a) confirmação externa;
- b) circularização aberta;
- c) circularização fechada;
- d) solicitação de confirmação positiva;
- e) solicitação de confirmação negativa

48. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) de compliance
- b) de regularidade
- c) de sistemas
- d) operacional
- e) especial

c) As contas prestadas anualmente pelos tribunais de contas dos municípios, que são órgãos estaduais, deverão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, não se admitindo que o julgamento seja realizado pela Assembleia Legislativa.

d) De acordo com o STF, as contas do Tribunal de Contas da União deverão receber parecer prévio do próprio TCU, competindo ao Congresso Nacional a realização do julgamento.

e) As contas dos tribunais de contas municipais, onde houver, serão necessariamente julgadas pelo próprio Tribunal, uma vez que as câmaras municipais somente gozam de competência para julgar as contas dos prefeitos.

50. Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

49. Os tribunais de contas são órgãos de controle externo, encarregados da proteção do patrimônio público. São competências dos tribunais de contas, entre outras, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos. Porém, em relação às contas do responsável pela gestão do próprio Tribunal de Contas, não há disposição expressa na Constituição Federal.

Sobre esse tema, considerando as disposições da Constituição Federal, da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta.

- a) Segundo o STF, em respeito ao princípio da segregação de funções e da separação dos poderes, as contas de todos os tribunais de contas devem ser julgadas pelo Poder Legislativo do respectivo ente da Federação.
- b) É inconstitucional a exigência legal de que a comissão mista permanente de senadores e deputados, prevista na Constituição Federal, deverá emitir parecer sobre as contas dos tribunais de contas.

a) O prazo constitucional para a emissão do parecer prévio é cabal, motivo pelo qual a ausência de emissão de parecer prévio, no prazo definido, autoriza a realização do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, independentemente da emissão da opinião da Corte de Contas.

b) A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição Federal.

c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.

d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.

e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.

51. Nos termos da Constituição Federal, não é finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Federal;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da aplicação de recursos privados por entidades de direito privado.

52. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.

b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.

c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.

d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.

e) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

53. Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que

- a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.

- b) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.
- c) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.
- d) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.
- e) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.

54. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado de Santa Catarina, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.

- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

55. A Lei 13.460/2017 traz a previsão de divulgação de uma carta de serviços ao usuário, que deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a:

- I - serviços oferecidos;
- II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;
- III - principais etapas para processamento do serviço;
- IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;
- V - forma de prestação do serviço; e
- VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

De acordo com a lei, são informações que devem estar relacionadas na Carta:

- a) I e II, somente;
- b) I, III e V, somente;
- c) I, II, V e VI, somente;
- d) II, III, IV, e V, somente.
- e) I, II, III, IV, V e VI.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

56. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na Administração Pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O PPA, assim como a LDO, é uma inovação da CF/1988. Em relação aos instrumentos de planejamento, assinale a alternativa correta.

- a) A LDO surgiu almejando ser o elo entre o planejamento mais próximo do estratégico (PPA) e o planejamento operacional (LOA).
- b) A relevância do PPA reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos existentes antes da CF/1988.
- c) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por cada casa, primeiramente pela comissão mista respectiva.
- d) A CF/88 rechaçou em partes a concepção que associa planejamento e orçamento como elos de um mesmo sistema, ao tornar obrigatória a elaboração de planos plurianuais abrangendo as despesas de capital e demais programas de duração continuada, embora tenha retirado atribuições em relação ao que dispunha a CF/67.
- e) a LDO é um instrumento desse planejamento que define metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

57. Em um estado brasileiro, o governador, recém-eleito, inicia seu mandato e precisa elaborar o Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal. Durante o processo de elaboração do PPA, ele recebe diversas sugestões de políticas públicas e programas a serem incluídos no plano. Diante disso, analise as afirmativas a seguir:

- I. *O PPA deve ser compatível com o Plano Diretor do estado, com os planos nacionais, regionais e setoriais, e com o orçamento estadual.*
- II. *A elaboração do PPA é de competência exclusiva do Poder Executivo, não sendo necessária a aprovação da Assembleia Legislativa do estado.*
- III. *O PPA deve conter, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.*
- IV. *O PPA deve ser encaminhado pelo governador à Assembleia Legislativa até o último dia útil do primeiro ano de seu mandato.*
- V. *A não observância do prazo estabelecido para a elaboração e encaminhamento do PPA pelo governador pode acarretar a intervenção do Poder Legislativo estadual no processo de elaboração do plano.*

Com base no que dispõe a Constituição Federal sobre o Plano Plurianual (PPA), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas duas afirmativas estão corretas.
- b) Apenas três afirmativas estão corretas.
- c) Apenas uma afirmativa está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

58. O Congresso Nacional, durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício financeiro, realiza uma série de audiências públicas para debater as metas e prioridades do governo federal. Durante esse processo, os parlamentares propõem emendas à LDO, incluindo a destinação de recursos para projetos específicos em suas bases eleitorais.

Dante desse contexto, analise as afirmativas a seguir à luz do que dispõe a Constituição Federal sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

I. *As emendas parlamentares à LDO podem ser apresentadas pelos parlamentares, visando à inclusão de projetos em suas bases eleitorais, independentemente de sua vinculação com as metas e prioridades do governo.*

II. *A LDO deve estabelecer as metas fiscais anuais, em cumprimento ao princípio da transparência, permitindo que a sociedade conheça os objetivos fiscais do governo.*

III. *A LDO deve conter anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.*

IV. *A LDO deve ser aprovada pelo Congresso Nacional até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, ou seja, até o final do ano legislativo.*

V. *A LDO deve ser encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até o final do mês de agosto de cada ano.*

Com base no que dispõe a Constituição Federal sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

59. Considere a seguinte situação hipotética:

A Empresa XYZ, que é controlada pela União e atua no setor de energia elétrica, apresentou um resultado primário negativo em determinado exercício financeiro. Esse resultado foi decorrente de despesas não financiadas pelas receitas auferidas no mesmo período, bem como pela necessidade de recursos do ente controlador para quitar a folha de pagamento de seus funcionários, o que gerou um déficit financeiro.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- a) A Empresa XYZ não pode ser classificada como estatal dependente, pois a dependência é caracterizada apenas pela necessidade de recursos do Tesouro Nacional.
- b) A Empresa XYZ deve ser classificada como estatal dependente, uma vez que apresentou resultado primário negativo e pelo fato de ter obtido recursos do ente controlador para quitar a folha de pagamento de seus funcionários.
- c) A classificação da Empresa XYZ como estatal dependente depende exclusivamente de sua necessidade de recursos do Tesouro Nacional, independentemente de ser empresa controlada.
- d) A classificação da Empresa XYZ como estatal dependente depende exclusivamente de seu resultado primário, independentemente de sua necessidade de recursos do Tesouro Nacional.
- e) A classificação da Empresa XYZ como estatal dependente depende de sua necessidade de recursos do Tesouro Nacional e de seu resultado primário, ambos independentes do conceito de ser ou não empresa controlada.

60. O Município Alvorada, em cumprimento às obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal, elabora e divulga seu Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao primeiro quadrimestre do ano. No entanto, ao analisar o relatório, verifica-se que o Município não apresentou os valores referentes às dívidas consolidada e mobiliária.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- a) O Município Alvorada está em conformidade com a lei, uma vez que o RGF é um instrumento de prestação de contas e não implica o cumprimento de metas fiscais.
- b) O Município Alvorada está em desacordo com a lei, uma vez que os valores informados devessem estar no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que é um documento que deve atestar o cumprimento de tais limites, incluindo os referentes às dívidas consolidada e mobiliária.
- c) O Município Alvorada está em conformidade com a lei, pois o RGF se limita a apresentar informações sobre a execução orçamentária, não abordando o cumprimento das metas fiscais.
- d) O Município Alvorada está em desacordo com a lei e deveria ter incluídos os limites referentes às dívidas consolidada e mobiliária no RGF, que é um documento que deve atestar o cumprimento de vários limites, incluindo os referentes às dívidas consolidada e mobiliária.
- e) O Município Alvorada está em desconformidade com a lei, pois o percentual mínimo das dívidas consolidada e mobiliária são exigências apenas para o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

61. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público define que a base de mensuração dos ativos e passivos contribuem na satisfação dos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades públicas. Além disso, há uma dificuldade em identificar uma única base de mensuração que melhor atenda a esse objetivo. Uma das bases de mensuração para os ativos tratar-se do custo de reposição, que corresponde

- a) à adoção de uma abordagem otimizada, que trata do custo em adquirir um ativo idêntico.
- b) aos custos que poderiam ser incorridos caso surgisse um evento imprevisível.
- c) ao ativo alternativo, com menor custo, caso forneça o mesmo potencial de serviços.
- d) ao fornecimento de uma medida irrelevante do custo de prestação de serviços.
- e) à medida útil dos recursos disponíveis, facilitando a avaliação da capacidade financeira.

62. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) propiciam aos seus usuários, informações úteis sobre as entidades do setor público em relação a sua prestação de contas e responsabilização (*accountability*), auxiliando na devida tomada de decisão. À luz da NBC TSP - Estrutura Conceitual, são considerados usuários primários dos RCPGs

- a) as entidades emprestadoras de fomento e de recursos.
- b) os órgãos centrais de orçamento e controle.
- c) as agências reguladoras e supervisoras.
- d) os cidadãos que recebem serviços dos governos.
- e) as agências de classificação de risco.

63. Acerca da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, cada entidade deve considerar a natureza das suas operações e as políticas que os usuários de suas demonstrações contábeis esperam que sejam divulgadas para esse tipo de entidade. A política contábil pode ser significativa devido à natureza das operações da entidade, mesmo que os valores associados a períodos anteriores e ao corrente não sejam materiais. Ao divulgar no resumo de políticas contábeis significativas, uma entidade deve apresentar, entre outros aspectos, as seguintes informações:

- I. a base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis.
- II. outras políticas contábeis utilizadas para a compreensão das demonstrações contábeis que sejam relevantes.
- III. o grau em que a entidade tem aplicado qualquer disposição transitória de qualquer outra norma.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II apenas.
- b) II e III apenas.
- c) I apenas.
- d) I e III.
- e) I, II e III apenas.

64. Em geral, o usuário da informação de custos é qualquer pessoa ou entidade que utiliza a informação de custos para, por exemplo, subsidiar os processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização, com informações gerais, agregadas, consolidadas e padronizadas. Nessa perspectiva, considerando a NBC TSP 34 - Custos no Setor Público, os principais usuários da informação de custos são os

- a) usuários em geral.
 - b) gestores.
 - c) membros do Poder Legislativo.
 - d) pesquisadores.
-

e) órgãos de controle.

65. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das grandes conquistas em que a contabilidade pública obteve ao longo dos tempos, além de ser uma ferramenta que propicia a consolidação das contas nacionais, servindo de instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade. À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) um auditor de controle externo, ao analisar as demonstrações contábeis de determinada entidade governamental, percebeu que as contas foram agrupadas segundo suas funções, das quais possibilitam

- a) conhecer, através da evidenciação de todos os ativos e passivos, a composição e situação do patrimônio analisado.
- b) fazer distinção entre os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle, além de padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- c) permitir, através do detalhamento em nível mínimo, que as contas contábeis possam se adequarem às peculiaridades de cada ente.
- d) permitir a consolidação nacional das contas públicas, além da elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).
- e) permitir a elaboração dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

66. A Escola Técnica Audazes dos Pampas, autarquia municipal do glorioso Município de Audazes dos Pampas, adquiriu, em dezembro de X4, 100 exemplares do livro de Contabilidade Pública – Teoria e Prática, de autoria do ilustre “Mister P”. Os livros serão comercializados por ocasião de um congresso na área contábil a ser realizado no mês de fevereiro de X5, quando inicia o ano letivo. A equipe responsável pelo setor de vendas, define que o valor a ser alienado por esses livros representa 65% do custo histórico (custo de aquisição).

Considerando o que determina a NBC TSP 04 – Estoques, a mensuração desses livros no balanço patrimonial da Escola será realizada

- a) pelo critério do maior valor entre o custo corrente de reposição e o custo de aquisição.
- b) pelo critério do maior valor entre o valor justo líquido e o valor realizável líquido.
- c) pelo critério do menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.
- d) pelo critério do menor valor entre o custo de aquisição e o valor justo líquido.
- e) pelo critério do menor valor entre o custo corrente de reposição e o valor justo líquido.

67. O Município Audazes dos Pampas construiu um prédio específico para o seu funcionamento administrativo, incluindo-se a nova estrutura da Controladoria-Geral do Município. Sabe-se que o município aluga algumas salas no térreo do prédio para terceiros, com a finalidade de prestação de serviços à comunidade, incluindo um restaurante e uma cafeteria.

À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a equipe contábil do município deverá registrar esse prédio como

- a) propriedade ocupada pelo proprietário em relação à CGM e propriedade para investimento em relação a parte alugada a terceiros.
- b) propriedade ocupada pelo proprietário, somente.

c) propriedade para investimento à parte alugada a terceiros.

d) não haverá registros, pois não há prováveis retornos financeiros da parte principal em que está lotada a referida Controladoria.

e) propriedade para investimento, somente.

68. Determinada entidade governamental adquiriu participação societária na Cia. Beta, avaliando tal investimento pelo método do custo.

À luz desse contexto e considerando o que determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a entidade governamental deverá reconhecer as distribuições

- a) as provenientes de rendimentos sobre investimentos permanentes como outras receitas correntes, apenas.
- b) de lucros, independentemente, do seu recebimento ou não / as provenientes de rendimentos sobre investimentos temporários como receita da equivalência patrimonial.
- c) de lucros na medida em que recebê-las, apenas.
- d) as provenientes de rendimentos sobre investimentos permanentes como receita patrimonial, apenas.
- e) de lucros na medida em que recebê-las / as provenientes de rendimentos sobre investimentos permanentes como receita patrimonial.

69. Determinada entidade do setor público arrecadou receitas por meio da fruição sobre seus imóveis alugados a terceiros. As referidas receitas devem ser classificadas pela entidade como

- a) receitas correntes – outras receitas correntes.
- b) receitas de capital – outras receitas de capital.
- c) receitas correntes – transferências correntes.
- d) receitas correntes – patrimonial.
- e) receitas de capital – alienação de bens.

70. As transferências intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente a outro. Além disso, as transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, podendo ser voluntárias - nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência - ou decorrentes de determinação constitucional ou legal, não guardando relação com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.

À luz do que determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)

- a) o ente recebedor deve reconhecer um direito a receber, no momento da arrecadação pelo ente transferidor, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, não impactando o superávit financeiro.
- b) no momento do ingresso efetivo do recurso, o ente recebedor deverá registrar a receita a realizar a débito da receita orçamentária realizada nas contas de controle da execução do orçamento.
- c) as transferências voluntárias, visto que não há uma determinação legal para a transferência, podem ser contabilizadas como despesas ou não, a depender da existência ou não de dotação específica que permita a transferência.
- d) a regra para transferências voluntárias é o beneficiário registrar o ativo relativo a essa transferência, visto que há garantias reais da transferência.
- e) as transferências intergovernamentais constitucionais devem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa, independente da forma como o orçamento foi elaborado.

71. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio de portaria incluiu nas classificações da receita orçamentária as denominadas receitas correntes intraorçamentárias e as receitas de capital intraorçamentárias. Um auditor de controle ficou encarregado de verificar a adoção pelas autarquias do Estado Audazes do Sul sobre a inclusão dessas

classificações. Entretanto, foi constatado que a Universidade Estadual de Audazes do Sul foi a única que não adotou o disposto na portaria emitida pela STN, sendo notificada pelo auditor.

Irresignado com a notificação, o reitor da universidade questionou o auditor de controle, sendo respondido corretamente, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que

- a) a adoção das novas classificações previstas na portaria constitui em novas categorias econômicas para as receitas.
- b) as novas classificações previstas na portaria referem-se ao orçamento fiscal e da seguridade social de entes distintos.
- c) as novas classificações evitam o efeito da dupla contagem na consolidação das contas.
- d) a adoção representa novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente.
- e) as receitas intraorçamentárias representam a contrapartida das despesas na modalidade de aplicação 90 – Aplicação Direta.

72. Determinada entidade governamental é fiel depositária de valores retidos que pertencem à Sociedade Empresária “Los Audazes”, tendo como o prazo de exigibilidade o período de dois anos.

Nesse contexto, considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o setor de contabilidade da entidade governamental deverá registrar essa obrigação no seguinte grupo do balanço patrimonial:

- a) passivo circulante.
- b) patrimônio líquido.
- c) receita diferida.
- d) passivo não circulante.
- e) provisões de longo prazo.

73. Um auditor de controle, ao analisar o balanço financeiro da Universidade Estadual Audazes do Sul, percebeu que essa demonstração contábil continha um registro equivocado.

À luz do MCASP, o registro incorreto encontrado pelo auditor foi

- a) na apresentação em quadros anexos ao Balanço Financeiro e em Notas Explicativas, detalhando as deduções da receita orçamentária por fonte/destinação.
- b) na agregação, quanto à destinação, das receitas e despesas orçamentárias em ordinárias e vinculadas.
- c) no equilíbrio, dos ingressos e dispêndios, por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.
- d) na classificação por fonte/destinação de recursos, devendo ter uma linha para cada fonte/destinação de recursos existente.
- e) no detalhamento das vinculações à educação, saúde, previdência social (RPPS e RGPS) e assistência social.

74. As entidades governamentais produzem dois tipos de informações financeiras *ex-post*, a serem divulgadas para os usuários em geral, que são as (i) estatísticas de finanças públicas e (ii) demonstrações contábeis de propósito geral.

À luz da NBC TSP – Estrutura Conceitual, um Auditor de Controle, ao analisar essas informações nos relatórios contábeis de propósito geral (RCPG), deverá observar que

- a) todas as demonstrações contábeis e as estatísticas de finanças públicas possuem a característica semelhante de serem elaboradas adotando-se o regime de competência.
- b) apesar do alinhamento das informações existentes entre as demonstrações contábeis e as estatísticas de finanças públicas, os usuários

conseguem chegar a interpretações de um modo geral convergentes.

- c) as demonstrações que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo.
- d) os alinhamentos entre as informações são distintos, podendo ocasionar diferentes interpretações para o mesmo fenômeno.
- e) Entre as demonstrações de propósito geral previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) está o balanço financeiro que, juntamente com a demonstração dos fluxos de caixa, permite analisar a situação financeira da entidade do setor público.

75. O Município Alpha possuía um antigo prédio histórico que funcionava como presídio municipal. Após reforma, o prédio foi disponibilizado para uso pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Análises técnicas indicaram que o local possui potencial de serviços além de seu valor histórico cultural.

Com base nesse contexto e considerando o que determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o imóvel

- a) deverá ser mensurado como propriedade para investimento devido ao seu potencial de serviços.
- b) não deverá ser reconhecido no patrimônio do município, por ser de difícil mensuração.
- c) deverá ser mensurado separadamente aos demais ativos, por meio da mensuração de seu valor justo.
- d) deverá ser tombado pelo setor competente.
- e) deverá ser mensurado na mesma base de outros ativos imobilizados.

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA*Sílvio Sande*

76. Uma empresa apresentava, em 31/12/2020, os saldos a seguir.

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 60.000;
- Clientes (90 dias): R\$ 80.000;
- Contas a receber (120 dias): R\$ 30.000;
- Ativo fiscal diferido R\$ 40.000;
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 62.000;
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 180.000;
- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000;
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000;
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (240 dias): R\$ 80.000;
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 65.000;
- Provisão para 13º salário: R\$ 85.000;
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 90.000.
- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000;
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000;
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; e
- Ativo não circulante mantido para vendas: R\$ 50.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Circulante, apresentado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2020, era de

- a) R\$ 557.000.
- b) R\$ 526.000.
- c) R\$ 496.000.
- d) R\$ 486.000.
- e) R\$ 446.000.

77. A empresa S2 possuía uma máquina que estava reconhecida no Balanço Patrimonial em 30/04/2022 com os seguintes valores:

- Máquina: R\$ 220.000,00; e,
- Depreciação acumulada: R\$ 30.000,00.

Tendo em vista que a empresa vai desativar essa linha de negócios, ela resolveu colocar a máquina à venda, classificando como ativo não circulante mantido para venda de acordo com a NBC TG 31. A Máquina está disponível para venda nas condições em que se encontra, sendo que a venda é tida como altamente provável e espera-se que ocorra em até seis meses. Sabe-se que a estimativa de valor de venda desta máquina é de R\$ 180.000,00. As despesas estimadas para se vender a máquina são de R\$ 4.000,00. Considerando exclusivamente tais informações e a NBC TG 31 (R3) – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, informe a conta e o valor que tal ativo deve ser reconhecido em 30/04/2022.

- a) Ativo não circulante mantido para venda (AC) R\$ 176.000,00
- b) Ativo não circulante mantido para a venda (AñC) R\$ 186.000,00
- c) Máquina mantida para venda (AC) R\$ 180.000,00
- d) Máquina mantida para venda (AñC) R\$ 190.000,00
- e) Imobilizado (AñC) 190.000,00

78. Uma empresa tinha em 31/12/2019 dois terrenos utilizados nas suas atividades, sendo que o primeiro terreno estava contabilizado por R\$ 200.000,00 e o segundo estava contabilizado por R\$ 100.000,00. Em janeiro de 2020 a empresa realizou uma reestruturação, transferindo os dois terrenos para a conta Propriedades para Investimento, com o objetivo de valorizar o capital.

Em janeiro de 2020, esta empresa Aplicando o valor justo, a empresa constatou que os valores de cada um dos terrenos era de R\$ 150.000,00.

No que diz respeito a alteração patrimonial, assinale a alternativa correta

- a) Não houve impacto no resultado pois houve um ganho e uma perda de igual valor.
- b) Houve um impacto positivo no resultado no valor de R\$ 50.000,00.
- c) As alterações ocorridas nos dois terrenos serão ajustadas em outros resultados abrangentes, no PL.
- d) Houve um impacto negativo no PL.
- e) Houve um impacto negativo no resultado do exercício no valor de R\$ 50.000,00.

79. Em 02/01/2019, uma indústria adquiriu uma máquina por 100.000,00, que pretendia usar por 5 anos e depois doar.

Em 31/12/2019, a empresa fez um estudo e constatou que o valor gerado pelo uso da máquina seria 60.000,00 e caso vendesse obteria 70.000,00 sendo que para efetuar a venda teria um custo de 15.000.

No ano de 2020, houve uma procura muito grande por esse tipo de máquina e a empresa conseguira, em 31/12/2020, vender por 85.000 e teria um custo com a venda de 15.000.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos.

- a) R\$ 60.000.
- b) R\$ 65.000.
- c) R\$ 75.000.
- d) R\$ 85.000.
- e) R\$ 100.000.

80. Em janeiro de 2019, a Cia. JSL subscreve 80% do capital ordinário da Cia. Coruja, registrando essa Participação Societária, em seus ativos, pelo valor de R\$1.100.000. Nesse mesmo período, a empresa controlada vende à vista para a Cia. JSL estoques no valor de R\$400.000, obtendo nessa transação um lucro de R\$100.000. Ao final desse exercício, o Patrimônio Líquido da controlada ajustado correspondia a R\$1.500.000 e a investidora repassou para terceiros 70% dos estoques adquiridos da Cia. Coruja pelo valor à vista de R\$600.000.

Considerando estas informações, responda à questão.

Ao final de dezembro, no encerramento do exercício social, a Cia. JSL deve efetuar o lançamento contábil de:

- a) débito na conta Resultado de Investimentos a crédito na conta de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$100.000.
- b) débito na conta Participações Societárias – Cia. Coruja a crédito de Receitas de Investimentos no valor de R\$100.000.
- c) débito na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial a crédito de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$70.000.
- d) débito na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial a crédito de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$30.000.
- e) débito na conta de Participações Societárias – Cia. Coruja a crédito de Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R\$70.000.

81. A Cia. Coruja vende sapatos. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais.

Em 31/12/2020, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 300.000;
- comissão de vendas: R\$ 30.000;
- devolução de vendas: R\$ 15.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 180.000;
- devolução de compras: R\$ 20.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 10.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 18.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 60.000;
- IPI nas compras: R\$ 45.000;
- despesas com salários: R\$ 50.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 15.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 6.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. Coruja, em 31/12/2020.

- R\$ 24.000.
- R\$ 105.000.
- R\$ 176.000.
- R\$ 207.000.
- R\$ 225.000.

82. Uma empresa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	200.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>80.000</u>
Lucro Bruto	120.000
Despesas operacionais:	
Salários	- 30.000
Depreciação	- 20.000
perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	- 4.000
aluguel	- 12.000
Resultado de equivalência patrimonial	18.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Prejuízo na venda de máquina	- 20.000
LAIR	40.000
IRCS	- 13.600
Lucro Líquido	<u>38.400</u>

Assinale a opção que indica o Lucro Ajustado, evidenciado na Atividade Operacional da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

- R\$ 60.400
- R\$ 64.400
- R\$ 66.400
- R\$ 72.400
- R\$ 82.400

83. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	- 200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	20.000
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	- 40.000
LAIR	170.000
IRCS	- 57.800
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- b) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- c) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- d) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- e) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

84. Em 31/12/X0 a Cia. Bahia tinha 60% de participação da Cia. Vitória. Os balanços patrimoniais da Cia. Bahia e da Cia. Vitória, em 31/12/X0, eram os seguintes:

	Cia Bahia	Cia Vitória
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Vitória vendeu o terreno para a Cia. Alfa por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/X1, considerando apenas essa operação.

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 1.400,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.200,00.

85. Considere o balanço abaixo:

Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Bancos	500	Fornecedores	800
Duplicatas a Receber	1.000	Salários a pagar	700
Estoque	1.200	Empréstimos	500
Despesas Antecipadas	600		
Ativo Não Circulante		Passivo não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	1.500	Financiamentos - longo Prazo	1.000
Investimentos	2.000	Patrimônio Líquido	
Imobilizado	2.200	Capital Social	6.000
Intangível	1.000	Reservas de lucro	1.000
Total Ativo	10.000	Total Passivo e PL	10.000

O Índice de Liquidez Seca é igual a.:

- a) 1,75
- b) 1,50
- c) 1,35
- d) 1,05
- e) 0,75

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

86. Após longo estudo realizado pelo Ministério da Economia decidiu-se aumentar o valor do imposto sobre a renda dos consumidores. Assim, ao fazer isso, não houve uma modificação no preço dos produtos, que não passaram a incorporar a alta de impostos. Diante da situação apresentada, qual princípio de tributação não foi violado?

- a) Capacidade
- b) Eficiência
- c) Equidade
- d) Neutralidade
- e) Produtividade

87. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não refletem as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

88. Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar unicamente uma redução dos gastos públicos:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;
- d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;
- e) eleva o déficit da balança comercial.

89. Com relação ao Déficit Público, marque a alternativa correta.

- a) O governo pode financiar seu déficit por meio de recursos extrafiscais.
- b) No cálculo do déficit público, segundo o conceito operacional, incluem-se as despesas com a correção monetária, mas excluem-se as despesas com correção cambial pagas sobre a dívida.
- c) O déficit de caixa considera as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como de fornecedores e empreiteiros.
- d) O déficit total indica o fluxo líquido de novos financiamentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público financeiro, nas três esferas de governo e administrações.
- e) A apuração do déficit pelo método “acima da linha” mede o tamanho do déficit pelo lado do financiamento.

90. O imposto per capita seria um imposto em que cada cidadão paga uma quantidade fixa, independentemente do seu nível de renda. Esse imposto pode ser classificado como

- a) igualitário.
- b) proporcional.
- c) progressivo.
- d) imposto de montante fixo.
- e) indireto.

91. Em relação às funções do Estado na economia,

- a) para que o Estado possa cumprir adequadamente sua função distributiva, necessariamente terá de abrir mão das funções alocativa e estabilizadora, levando o país a suportar surtos inflacionários.
- b) a adoção de políticas de transferência de renda em favor de populações mais carentes é um instrumento para que o Estado cumpra sua função distributiva.
- c) os instrumentos de política monetária não são adequados para que o Estado cumpra sua função estabilizadora.
- d) a criação de empresas estatais é o único meio pelo qual o Estado poderá cumprir sua função alocativa.
- e) para que o Estado possa cumprir com suas funções alocativa e distributiva acabará necessariamente incorrendo em déficit orçamentário, sacrificando assim a função estabilizadora.

92. No que concerne às estatísticas fiscais é incorreto afirmar que

- a) as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) são medidas a partir do conceito “abaixo da linha”.
- b) o conceito “abaixo da linha” mede a variação do endividamento público.
- c) toda vez que o desequilíbrio financeiro advier de um aumento das despesas temos uma situação de mensuração via competência.
- d) as estatísticas “acima da linha” são apuradas de maneira diferente às estatísticas “abaixo da linha”.
- e) competência está associado ao momento temporal em que uma determinada despesa é gerada.

93. Segundo a teoria econômica convencional, o imposto que melhor atende ao princípio da neutralidade em relação aos mercados de produção, de consumo e de fatores de produção é um imposto

- a) sobre vendas com alíquotas uniformes.
- b) sobre o consumo com alíquotas fixas.
- c) seletivo sobre produtos industrializados.
- d) progressivo sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas.
- e) de montante fixo para todos os contribuintes.

94. O objetivo da política orçamentária é exercer, por meio da gestão pública, em crise fiscal, a orientação e a utilização do dinheiro público pelo Estado para evitar o temido déficit. Assinale a alternativa que apresenta os responsáveis pelo cálculo do déficit público no Brasil pelo critério abaixo e acima da linha, respectivamente.

- a) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
- b) Presidência da República e Congresso Nacional.
- c) Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal.
- e) Procuradoria Geral da República e Controladoria da União.

95. Avalie a afirmação: "Quando o déficit público é positivo, ele aumenta a dívida pública e, quando negativo, reduz a dívida pública".

Essa afirmação é

- a) correta, pois o déficit não influencia a dinâmica da dívida pública.
- b) correta, pois déficit e dívida representam conceito de fluxo.
- c) correta, sendo déficit um conceito de fluxo e dívida um conceito de estoque.
- d) Correta, sendo déficit um conceito de estoque e dívida um conceito de fluxo.
- e) correta, pois ambos, déficit e dívida são conceitos de estoques e um não influencia o outro.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

Celso Natale

96. Os valores relacionados às necessidades de financiamento do setor público passam por mudanças sempre que há alteração na inflação, nos juros e até mesmo nas receitas e despesas.

Considerando que a inflação no Brasil seja nula em 2023, é correto afirmar que:

- a) o resultado operacional será igual à diferença entre o resultado nominal e os juros reais.
- b) o resultado nominal será a diferença entre as receitas totais e despesas totais (inclusive despesas com juros), excluída a atualização monetária da dívida líquida.
- c) o resultado primário corresponderá à diferença entre o resultado nominal e os juros reais.
- d) o resultado primário será igual ao resultado operacional.
- e) o resultado primário será igual ao resultado nominal.

97. O déficit primário evidencia como a gestão fiscal do governo está sendo realizada, ao calcular a receita tributária, os gastos e os investimentos públicos. Nesse sentido, assinale a opção

INCORRETA no que diz respeito ao conceito "primário".

- a) demonstra o esforço fiscal necessário para reduzir o estoque da dívida público, excluindo o efeito das taxas de juros.
- b) Subtrai as receitas e despesas financeiras do resultado operacional.
- c) é calculado pela diferença entre receitas não financeiras e despesas não financeiras.
- d) é a mensuração mais abrangente do déficit, considerando todas as demandas de recursos pelo setor público.
- e) não depende do estoque da dívida pública.

98. Considerando os tipos de impostos e os fundamentos teóricos da tributação, assinale a alternativa correta.

- a) a introdução de um imposto sobre vendas de mercadorias faz com que o ônus tributário seja totalmente transferido para os consumidores, independente da elasticidade-preço da demanda.
- b) no Brasil, a baixa contribuição de tributos sobre renda e patrimônio, combinada com uma alta participação de tributos sobre bens e serviços na carga tributária total de um país, tende a resultar em um sistema tributário altamente regressivo, colocando um ônus maior na parcela da população com menor renda.
- c) o imposto de renda regressivo funciona como uma ferramenta automática de estabilização e equidade fiscal.
- d) o princípio da progressividade pressupõe que o sistema tributário não deve provocar distorções na alocação dos recursos e nem prejudicar a eficiência econômica.
- e) o sistema tributário proporcional é caracterizado por aplicar uma alíquota crescente, diretamente proporcional à renda.

99. As três funções do governo buscam equilibrar o papel do governo na promoção do bem-estar econômico e social da sociedade, lidando com questões de eficiência, equidade e estabilidade. Nesse sentido, associe cada característica à sua respectiva função e assinale a alternativa que traz a sequência correta.

1. Função Alocativa.
2. Função Distributiva.
3. Função Estabilizadora.

- () Combater desequilíbrios sociais e regionais.
() Ofertar bens e serviços públicos de forma eficiente.
() Ajustar o controle da inflação, melhorar o nível de emprego e promover o crescimento econômico.

- a) 1 / 3 / 2.
- b) 1 / 2 / 3.
- c) 2 / 1 / 3.
- d) 3 / 2 / 1.
- e) 3 / 1 / 2.

- b) I e II
c) II e III
d) I
e) I e III

100. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) corresponde à alteração no montante do endividamento do setor público. No Brasil, o Banco Central divulga os dados referentes a essa métrica. Com base nos seus conhecimentos de Déficit e Dívida Pública, analise as seguintes assertivas em relação à NFSP.

- I. Para determinar a NFSP no conceito primário, utiliza-se o regime de caixa.
- II. No cálculo da NFSP são considerados o Governo Central e Governos Regionais, bem como as Empresas Estatais Federais Financeiras e Não-Financeiras.
- III. No conceito nominal, não são incluídas as despesas de juros nominais dos governos regionais e das empresas estatais.

Está correto o que se afirma em:

- a) III

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>